

Haddad apresentará nova regra fiscal hoje

O projeto de novo arcabouço fiscal prevê a zeragem do rombo das contas do governo federal em 2024. A nova regra limita o crescimento da despesa a 70% do avanço das receitas do governo. Não está previsto nenhuma exceção nova à norma, que, se aprovada pelo Congresso, vai substituir o teto de gastos – mecanismo que desde 2017 atrela o crescimento das despesas à inflação. O anúncio oficial da proposta pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, será hoje, às 10h30min.

Segundo as projeções do governo, com o novo arcabouço, as despesas vão crescer sempre menos que as receitas. Assim, a trajetória prevista pelo governo é de superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025. No último ano do mandato de Lula, em 2026, a projeção que consta no projeto é de resultado no azul de 1% do PIB.

O limite de crescimento das despesas será combinado com meta de superávit primário das contas públicas (quando as contas fecham no azul). Dessa forma, quanto maior o crescimento do PIB e da arrecadação, mais espaço o governo terá para gastar. Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já tinha antecipado que a regra de controle das despesas seria vinculada à arrecadação.

O projeto terá mecanismos de ajuste, chamados de “gatilhos”,

em caso de não atendimento da trajetória prevista – ou seja, de desvio da rota. Por outro lado, haverá instrumento que impedirá aumento de gastos mais acelerado quando houver expansão significativa na arrecadação.

O desenho final da proposta foi fechado na tarde de ontem. Depois da reunião no Palácio da Alvorada, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou Haddad a apresentar as linhas gerais a Pacheco e ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

– O ministro Haddad vai apresentar a Lira e Pacheco proposta já discutida com o presidente Lula. Lula autorizou Haddad a apresentar para as duas Casas para começar o mais rápido possível o debate dentro do Congresso Nacional – disse Padilha, ao chegar na residência oficial da Câmara, onde ocorreu a reunião.

Clima

Segundo o ministro, existe um clima “muito positivo” para aprovação do texto no Parlamento e é importante definir o quanto antes um relator da matéria.

– Temos conversado que o relator deve ter capacidade de diálogo com todos os setores de Câmara e Senado – afirmou Padilha.

Questionado sobre estimativa de prazo para aprovação da

matéria no Legislativo, Padilha reforçou que a expectativa é de que seja “o mais rápido possível” e lembrou que a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a ampliação de investimentos e a criação de ambiente propício para redução das taxas de juros dependem diretamente da aprovação do arcabouço.

Ao longo dos próximos dias, depois do anúncio oficial, Haddad fará maratona para detalhar o projeto. Na área econômica, a estratégia é mostrar as qualidades da regra para não ocorrer desidratação no Congresso.

Meio-termo

A zeragem do déficit das contas públicas em 2024, aprovada por Lula na reunião, foi defendida pelos ministros da área econômica. Uma ala do governo queria ajuste mais gradual, com o fim do rombo somente em 2025, no terceiro ano do governo. Para esse grupo, o ajuste gradual impediria a retração da economia e garantiria crescimento maior, o que proporcionaria aumento da arrecadação e trajetória fiscal mais favorável. A visão era de que o governo pode conviver com rombos nas contas públicas por mais tempo.

A velocidade do ajuste que foi definida é um meio-termo entre o que o mercado financeiro esperava e o que ala política desejava.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Contas Públicas **Página:** 8